

Magalhães proporá graduar punições

Tarcísio Holanda

Em seu parecer final, o relator Roberto Magalhães deverá propor a cassação de mandato de um número determinado de parlamentares, que a média de opiniões julga não será inferior a 20. Embora não se disponha a discutir o número, o relator não se recusa a dizer que provavelmente não irá considerar as penas de advertência e de repreensão.

“Talvez leve em conta a suspensão de mandato, que só pode ir ao máximo de 30 dias, embora eu ache absurdo que o processo instaurado com essa finalidade seja idêntico para aquele destinado a cassar mandatos”. Magalhães revela que está estudando com os coordenadores de subcomissões, senadores José Paulo Bisol e Garibaldi Alves e deputados Benito Gama e Sigmaringa Seixas “um tratamento intermediário entre a cassação e a absolvição”.

“Porém, sobre isso” — advertiu o deputado Roberto Magalhães — “só falarei a seu tempo”.

Sugestões — No seu relatório final, que será votado no dia 24 do corrente pelo plenário da CPI, o deputado Roberto Magalhães pretende sugerir “medidas heróicas”, como, por exemplo, a abolição total das subvenções orçamentárias, assim como a proibição de transferências federais voluntárias, salvo nas hipóteses de planos nacionais, planos regionais, calamidades públicas e guerra.

O deputado Roberto Magalhães diz estar informado de que se erguem grandes reações corporativas contra essas sugestões que tem em mente. “Sem subvenções e sem a transferência indiscriminada alguns parlamentares terão dificuldades em se reeleger. Porém, eu pergunto: o que é mais importante, o mandato de alguns ou a saúde financeira do Orçamento e a moralização dos costumes políticos?”.

Roberto Magalhães lembra que muitos no Congresso se lembram de parlamentares que dominaram órgãos públicos por dezenas de anos e que, na verdade, “esse tipo de clientelismo federal, quando muito, favoreceu enclaves ou pequenos bolsões de afluência em contraste com o mar de pobreza que existe por todo o Norte e Nordeste”.

Quanto à mudança do sistema eleitoral, uma das causas primárias da avidez por recursos públicos, o deputado pernambucano informa que apresentou 26 emendas revisionais, mas que, infelizmente, não teve tempo, até o momento, de se informar sobre o seu andamento. Mas, após a rica experiência que se traduziu por uma investigação de 90 dias, Magalhães chegou a uma constatação, que julga triste: a de que a União é a grande órfã, as bancadas federais que representam teoricamente o povo brasileiro, são representantes dos interesses de seus Estados, nunca da União Federal. A representação política federal depende invariavelmente dos prefeitos e dos seus municípios para sobreviverem eleitoralmente.